



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de assinatura  
de contrato do Programa de Apoio  
ao Desenvolvimento Científico e  
Tecnológico (PADCT)*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 17 DE MARÇO DE 1998

*Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Marco Maciel; Senhor Ministro Vargas, de Ciência e Tecnologia; Senhores Ministros que estão aqui presentes; Senhor Senador Levy Dias, que foi o Relator deste contrato no Senado Federal; Senhores Deputados aqui presentes, que nos dão a honra da companhia; Senhor Diretor do Banco Mundial, Gobind Nankami; Senhor Doutor Eduardo Krieger, Presidente da Academia de Ciências, em cujo nome saúdo todos os membros da comunidade científica aqui presentes; Senhoras e Senhores,*

A vantagem de ter um ministro como o Ministro Vargas é que ele poupa ao Presidente a garganta. Acho que ele fez uma exposição absolutamente completa sobre os objetivos nessa área de ciência e tecnologia, sobre os progressos feitos e, naturalmente, sobre as dificuldades que existem e o caminho que ainda há a percorrer.

Eu queria lembrar que esses avanços, no que diz respeito à participação do financiamento da pesquisa científica e tecnológica, devem ser medidos de vários ângulos. Por um lado, há a questão relativa à participação no PIB, mas, por outro lado, é preciso entender, também, que o

PIB, no Brasil, tem crescido consideravelmente. Então, um avanço percentual no PIB significa um avanço considerável, na medida em que o PIB também cresça, porque, com um PIB estagnado, o avanço é apenas em detrimento de outras áreas. Aqui, não. Aqui, trata-se de uma expansão geral, há expansão do PIB. Eu não gosto de citar números quando estou perto do Ministro Malan, mas parece que, pelo que eu tenho visto aí, pelos dados últimos, esse PIB já se aproxima dos 820 ou 830 bilhões de reais. Compare-se com o PIB em 94, que estaria pela ordem de quê? Dos 600, 700 bilhões, Pedro? Algo assim. Então, vê-se que, efetivamente, quando há aumento da participação do PIB, significa que houve um aumento efetivo bastante grande.

Mas o Ministro Vargas também fez referência a um outro lado que precisa ser sublinhado, que é o seguinte: num país como o nosso, por maior que seja – e deve ser – a participação direta do Governo no financiamento da pesquisa, nunca será suficiente. Nós temos, efetivamente, que estabelecer liames mais sólidos com o setor privado, porque o setor privado, sobretudo na área tecnológica, vai ser o maior beneficiado com os avanços eventualmente ocorridos, pela pesquisa científica. Isso também está acontecendo na base de uma lei de incentivos fiscais, que tem dado resultados consideráveis. Mormente na área de informática os números são bastante expressivos.

Apesar das dificuldades havidas em função do pequeno tremor de terra ocasionado lá pela Ásia, nós imaginamos que seja possível, em breve tempo – se o Ministro da Fazenda não bater o pé contra nem o do Planejamento nem, sobretudo, o Ministro Clóvis –, reavaliar a proporção desse incentivo, supondo-se que exista a possibilidade de manter-se, já que estamos criando, no mundo, uma atmosfera geral para o Brasil, mostrando que nós temos condições efetivas de levar adiante o nosso programa de estabilização, sem o qual nada disso ocorreria; e supondo-se que se possa mostrar que, efetivamente, estamos controlando as variáveis macroeconômicas. Seguramente, a área econômica tem a sensibilidade, que tem demonstrando também, de, em cooperação com a área científica, com o Ministro da Educação e com o Ministério de Ciência e Tecnologia, pilotar os momentos mais difíceis; e, quan-

do a bonança começar a surgir, também de fazer as correções necessárias para que não haja uma sobrecarga indevida – se houver bonança na área científica e tecnológica.

No conjunto, está-se vendo que nós já dispomos de um mecanismo de comunicação mais fácil entre o setor privado e a Ciência e Tecnologia, e o Governo está ampliando, e disposto a ampliar mais, essas ligações, de tal maneira que nós possamos, efetivamente, atingir a meta de, dentro de dois anos, termos 1,5% do PIB dedicados à ciência e tecnologia.

Fez muito bem o Ministro Vargas, também, de ressaltar o fato de que, nas comparações internacionais, nós temos que ser sempre cuidadosos, porque, efetivamente, por sorte, o nosso gasto com pesquisa para fins bélicos, no Brasil, é muito pequeno, enquanto que outros países computam nos seus gastos de ciência – e é justo que o façam – um gasto muito grande na área bélica. Aqui, na verdade, esses gastos são feitos diretamente para assuntos de tecnologia e de ciência, que não dizem respeito a questões bélicas.

É claro que nada disso terá sentido se não houver um meio acadêmico, um meio científico que seja realmente criativo. De modo que o que mais me entusiasmou, do que disse o Ministro Vargas, não foi a contribuição do Orçamento: foi a contribuição da comunidade. As avaliações havidas nesse sentido são muito positivas. Eu já conhecia alguns desses dados, que o Ministro Vargas me tinha passado. Mas creio que é importante que os membros da comunidade científica percebam que há avanços.

Tenho um grande amigo, o Professor Albert Hirschman, de Princeton, que, a respeito do desenvolvimento econômico, escreveu um ensaio admirável, em que diz que é preciso deixar de falar só nos obstáculos ao crescimento, ao desenvolvimento: é preciso ver também os obstáculos a ver o crescimento, a enxergar que há crescimento.

Numa certa fase na América Latina, por razões objetivas, tivemos muitas dificuldades: dívida externa, concentração de renda, que ainda temos. Mas, em função disso, nós, que lidávamos com esses temas, na ocasião, nos anos 70, vivíamos sublinhando as dificuldades, os obstáculos, de tal maneira que nós não víamos que as coisas estavam mudando.

Bem, é preciso também que a comunidade acadêmica, não deixando de reconhecer as dificuldades e os obstáculos, perceba que ela está sendo bem considerada, que ela está sendo inserida na produção internacional, e isso é importante. E é preciso buscar sempre indicadores objetivos, porque a sensação, muito bem, é uma sensação respeitável e, do ponto de vista biográfico, é fundamental, mas do ponto de vista da História, não. Do ponto de vista da História, o que conta não é a sensação parcial: o que conta, realmente, são os processos que acumulam e as tendências que vão se delineando.

Quero crer, depois de ter ouvido o que disse o Ministro Vargas, que existe uma tendência cumulativa, no sentido de a ciência brasileira, a tecnologia brasileira, existir de maneira organizada e rotineira. Por maior que seja – aqui, todos sabem isso – a importância do criador, da pessoa que tem imaginação, do gênio, não é ele quem define o conjunto de um país. O que define o conjunto de um país é uma tendência, é a acumulação de esforços, é a organização desses esforços, os quais, por sua vez, propiciarão que os mais talentosos possam utilizar mais a fundo seus talentos, dadas as condições que são criadas para o conjunto. O que define o país é o conjunto, é a tendência. E parece que essa tendência é uma tendência positiva, por todas essas razões e pelos esforços que nós estamos fazendo.

Quero, aqui, salientar que tem sido grande o esforço do CNPq nessa matéria. E eu, embora não possa acompanhar de perto, de longe procuro acompanhar o que está ocorrendo em cada área da Administração. E sei que no CNPq o seu Presidente tem feito um grande esforço, também, de reorientação da forma pela qual são distribuídos os recursos. Com tudo isso, eu creio que é bem-vindo o contrato que nós assinamos agora.

Disse o Ministro Vargas que, no total, são mais de 600 milhões de reais para os próximos anos, e, certamente, aqui estamos assinando uma parcela desses recursos. O Banco Mundial não faria isso se não tivesse avaliado, também, o PADCT de maneira cuidadosa. Acho que isso tudo são sinais muito auspiciosos.

Vou finalizar por aqui – senão o que eu disse sobre a garganta do Vargas perde o sentido, e a minha é que vai ficar rouca, e os ouvidos de

vocês talvez cansados –, dizendo que, possivelmente, além de tudo isso, dos esforços, de um começo de resultados mais palpáveis, do fato de que existe um reconhecimento, que não é só nosso, mas de avaliações externas, quanto ao progresso da ciência, talvez tenha chegado o momento em que nós precisemos, nós, eu digo, a comunidade científica – eu já não ousaria me incluir nela, estou quase fora, mas de qualquer maneira acompanho com interesse a minha área, pelo menos –, essa comunidade e o Governo precisemos dos esforços, talvez, de uma espécie de grande momento de reflexão sobre o que falta fazer e, sobretudo, de como participar. Participação é uma palavra fácil e uma dificuldade concreta imensa. E, naturalmente, num país que se democratiza, como é o nosso caso, e, por sorte, a ânsia de participação é grande, a forma de participação é limitada, e as frustrações se acumulam de parte a parte. A melhor maneira, talvez, de diminuir o nível de frustrações seja aquilo que é clássico, pelo menos, muito antes da Grécia, mas na Grécia consumado, que é o diálogo, é a conversa.

O diálogo, quem faz política sabe – e eu não posso dizer que estou com o pé fora, ainda –, é fundamental. Ulysses Guimarães dizia que política é saliva e é paciência, capacidade de ouvir, repetir. Isso, até para quem tem a formação científica, como muitos aqui, é irritante, porque, se já se sabe, para que repetir? Normalmente as pessoas que já sabem não gostam de ouvir de novo.

Aqui, nós, que estamos mais habituados à política – e o Vice-Presidente Marco Maciel é mestre nisso, ouve muitas vezes a mesma coisa e nem fala –, ao ouvir, muitas vezes, a mesma coisa, a gente pensa que já sabe, mas não sabe, às vezes aprende. E aquilo que parece um obstáculo intransponível, de repente, não se sabe muito bem por que, se resolve, há um *breakthrough*. Na política, isso depende de uma repetição contínua. Vejo que os parlamentares aqui presentes dizem que sim, que é uma repetição contínua, às vezes até enfadonha, para quem não está no ramo, até que se descubra. Bom, isso é fundamental. Talvez a repetição contínua das queixas também seja fundamental na área científica, para que um dia o Governo se abra mais e, quem sabe, também a comunidade científica possa se habituar a ter um pouco de paciência e ouvir as

impertinências e as bazófias que vêm do Estado e entenderem que, muitas vezes, elas são reiteradas não com a vontade de passar por cima dos problemas, mas com a outra vontade, que é mais nobre, de mostrar que, apesar dos problemas, temos rumo, temos confiança, temos liderança e que vale a pena continuar trabalhando, se fôr juntos.

Muito obrigado.